



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA, COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA RESIDENTE, POR MEIO DA ALOCAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO OCUPADOS POR PROFISSIONAIS DA ÁREA DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, E A EMPRESA ACS CONSTRUÇÕES LTDA.

CONTRATO N.º 035/2022

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.967.350/0001-45, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Raimundo de Campos Vieira, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, e a empresa **ACS CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 21.162.729/0001-34, com sede na Rua Doutor José Peroba, n. 349, Empresarial Costa Azul, Sala 101, Stiep, Salvador/BA, CEP: 41.770-235, telefone n.º (71) 3342-1818, e-mail: acsarqcon@gmail.com, doravante denominada **contratada**, representada neste ato pelo Sr. **Neuton Luiz Morais Bacelar**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA, COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA RESIDENTE, POR MEIO DA ALOCAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO OCUPADOS POR PROFISSIONAIS DA ÁREA DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA**, albergado no art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, consoante Processo **SEI 0005439-35.2022.6.05.8000**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços técnicos especializados na área de engenharia ou arquitetura, com cessão de mão de obra residente, por meio da alocação de 7 (sete) postos de trabalho ocupados por profissionais da área de engenharia e/ou arquitetura, conforme as condições estabelecidas no Processo SEI 0005439-35.2022.6.05.8000, no Termo de Referência e na proposta firmada pela Contratada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

1. O valor total estimado do presente contrato é de **R\$ 1.278.862,01 (um milhão, duzentos e setenta e oito mil, oitocentos e sessenta e dois reais e um centavo)**, incluindo todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços, devendo ser pago, **pelos postos de trabalho**, o

1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

valor mensal de R\$ 174.767,95 (cento e setenta e quatro mil, setecentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos), além de um total estimado de R\$ 88.971,00 (oitenta e oito mil e novecentos e setenta e um reais) para deslocamentos e R\$ 141.283,31 (cento e quarenta e um mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e um centavos) para horas extras, conforme discriminação a seguir:

ITEM	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
POSTOS DE TRABALHO	7	24.966,85	174.767,95	1.048.607,70
DESLOCAMENTOS	150	593,14		88.971,00
HORAS EXTRAS				141.283,31
VALOR TOTAL DO CONTRATO				1.278.862,01

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa correrá à conta do elemento 3.3.3.90.37.01 – “Locação de Mão de Obra – Apoio Administrativo, Técnico e Operacional”, vinculado à Ação 02.122.0033.20GP.0029 – “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado da Bahia”, do Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário.
2. Para a cobertura das despesas, foram emitidas as Notas de Empenho n.ºs 2022NE000745, 2022NE000746 e 2022NE000747, em 09 de junho de 2022.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. No prazo máximo de 15 dias, contados do recebimento da via do contrato assinado, a Contratada prestará garantia em percentual equivalente a 5% sobre o valor total contratado, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei n.º 8.666/93.
2. A garantia em dinheiro deverá ser recolhida pela Contratada, junto à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE-BA, em conta específica.
3. Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá encaminhá-la, mediante Protocolo, à Seção de Contratos do TRE-BA.
4. A garantia prestada pela Contratada responderá pelas multas que lhe venham a ser aplicadas, bem como pelo pagamento de qualquer obrigação, inclusive as de ordem trabalhista e previdenciária, e de indenização por danos causados à Contratante ou a terceiros.
5. Não será aceita garantia que vede a possibilidade inserta na condição anterior.
6. A instituição garantidora atenderá ao disposto no **item 4**, devendo constar expressamente do documento de garantia que a cobertura abrange o pagamento de débitos trabalhistas e previdenciários.
7. A garantia contratual terá vigência da data de sua apresentação até 03 (três) meses após expirado o contrato.
8. No caso de a garantia ser prestada através de fiança bancária ou de seguro-garantia, a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Contratada deverá renová-la na hipótese de ocorrer prorrogação do contrato, no mesmo prazo e percentual estabelecidos nesta **Cláusula**.

9. Em se tratando de fiança bancária, do título deverá constar expressamente que a instituição garantidora renuncia ao direito previsto no artigo 827 do Código Civil ou, alternativamente, que se obriga como devedor principal.

10. Ocorrendo acréscimos, repactuações ou reajustes contratuais ou se a garantia for utilizada nas situações referidas no **item 4**, o seu valor deverá ser adequado em igual proporção no prazo de 15 dias, contados do recebimento, pela Contratada, da via do termo aditivo/apostilamento assinado ou da notificação da fiscalização do contrato, nos demais casos.

11. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da rescisão do contrato de trabalho. Caso esse pagamento não ocorra após o encerramento da vigência contratual, a garantia será resgatada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pelo Tribunal.

12. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de **5%** do valor total do contrato, a título de garantia, a serem depositados em conta específica.

13. A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no **item 12 desta Cláusula** por quaisquer das modalidades de garantia previstas na Lei 8.666/9.

14. O bloqueio efetuado com base no **item 12** desta Cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada.

15. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou de apólice de seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

16. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a Fiscalização do Contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa à Contratada bem como as decisões finais de 1ª e última instâncias administrativas.

17. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1. A execução do serviço será efetuada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, Anexo I, deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Sem prejuízo das obrigações previstas, explícita ou implicitamente, no Termo de Referência, no Contrato e na legislação vigente, a contratante obriga-se a:

3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

a) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas as exigências contratuais por parte da Contratada;

b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de servidor especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, observando-se que, em face da especificidade dos serviços a serem prestados, que demandam decisões imediatas e orientações variadas, os empregados da Contratada poderão ser notificados diretamente pela Contratante para a execução das tarefas, sem que isto configure subordinação daqueles a esta;

c) Notificar, por escrito, a Contratada, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

d) Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada para execução dos serviços contratados;

e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

f) Zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação para a contratação;

g) determinar a reparação, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente contrato, no termo de referência e na legislação vigente:

a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços discriminados neste Termo de Referência;

b) Cumprir e fazer cumprir por seus empregados e prepostos o Código de Ética do Tribunal (Resolução Administrativa nº 3/2017);

c) Iniciar os serviços no prazo pactuado e com todos os materiais e equipamentos necessários ao perfeito cumprimento de suas obrigações contratuais;

d) Empregar na execução dos serviços pessoal devidamente qualificado;

e) Zelar pela conservação e bom funcionamento dos equipamentos de propriedade do TRE-BA utilizados nos serviços, dando ciência de eventuais avarias;

f) Prover o pessoal necessário para garantir a execução contínua dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

g) Apresentar a ART/RRT dos profissionais que serão alocados nos postos de trabalhos e do responsável pela empresa, até o dia anterior à data estabelecida para o início dos serviços. A apresentação da ART/RRT é imprescindível para a realização dos trabalhos e deverá ser protocolizada na Seção de Protocolo do TRE-BA;

h) Apresentar ART/RRT de cada trabalho técnico realizado em decorrência do Contrato, se assim for exigido;

i) Responder por danos causados ao TRE-BA ou a terceiros, na execução do Contrato, decorrentes de sua culpa ou dolo;

j) Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos seus empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como por indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução dos serviços;

k) Participar de reuniões com a equipe de Fiscalização do TRE-BA e as empresas contratadas para prestação de serviços de engenharia ou arquitetura ou execução de obras, sempre que solicitado pela Contratante;

l) Relatar ao gestor do contrato toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços;

m) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;

n) Fornecer aos profissionais responsáveis pela execução dos serviços crachá e os equipamentos de proteção individual necessários, de acordo com os serviços a serem realizados. Durante o horário dos trabalhos, tanto na sede deste Tribunal quanto nos cartórios do interior do estado e demais locais onde serão prestados os serviços, estes profissionais deverão permanecer identificados através de crachá funcional;

o) Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, sempre que exigido, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes, insatisfatórios à disciplina do Tribunal ou ao interesse no serviço público, ou ainda, incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

p) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem a prévia e expressa anuência do TRE-BA;

q) Efetuar o pagamento dos empregados, impreterivelmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

r) Manter relação empregatícia com os profissionais alocados nos postos de trabalho, e arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros encargos decorrentes de sua condição de empregadora, apresentando mensalmente à Contratante, nas datas convencionadas, a comprovação do recolhimento dos impostos devidos, bem como a comprovação dos

5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

demais valores que compõem a fatura, para que possam ser liberadas para pagamento pela Fiscalização do Contrato;

- s) Participar de reunião com a Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento pela Contratada da via do Contrato assinado, com a finalidade de dirimir eventuais dúvidas e discutir questões relativas aos serviços, quando também serão apresentados os profissionais que executarão os serviços e a comprovação da experiência destes, conforme descrito neste Termo de Referência;
- t) Encaminhar à Fiscalização do Contrato, por e-mail, com cópia para a Seção de Projetos e Obras, do Tribunal, os relatórios de vistoria técnica e fiscalização dos serviços realizados nos fóruns e cartórios eleitorais do interior do Estado da Bahia, após o retorno da viagem;
- u) Entregar, na Seção de Protocolo do Tribunal, em até 5 (cinco) dias úteis após o retorno da viagem, os pareceres técnicos, juntamente com as respectivas ARTs./RRTs;
- v) Disponibilizar até o final da vigência do ajuste, para uso pelos profissionais alocados nos postos de trabalho, 4 (quatro) licenças AutoCAD LT Commercial New Single-user ELD Annual Subscription WIN(2D);
- w) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor;
- x) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- y) abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato;
- z) prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante da Contratante, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.
2. Para fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, exigir-se-á, entre outros, os seguintes documentos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- a) comprovante de recolhimento/pagamento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados;
 - b) comprovante de recolhimento do FGTS;
 - c) comprovante de pagamento de salários dos profissionais que prestaram serviços nas dependências do Contratante, no prazo previsto em Lei;
 - d) comprovante de fornecimento de transporte e alimentação;
 - e) comprovante de pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei.
3. Para fins de cumprimento das obrigações previstas na condição anterior, a comprovação será feita por documento que permita aferir seu adimplemento em relação a cada empregado alocado na execução do contrato.
4. Considera-se falta grave o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário e o não fornecimento do transporte e da alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002.
5. Quando da rescisão contratual, a fiscalização do contrato verificará o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
6. Até que a Contratada comprove o disposto no item 5, desta Cláusula, o Contratante deverá reter a garantia prestada e os valores das faturas pendentes de pagamento, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado mensalmente, sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito bancário até o décimo dia útil após a apresentação da nota fiscal/fatura relativa à prestação dos serviços executados no mês imediatamente anterior ao da sua emissão, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93.
2. A Contratada estará sujeita aos ajustes no pagamento pelas metas não atendidas, conforme estabelecido no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) constante do Termo de Referência.
3. A nota fiscal/fatura deve ser emitida, obrigatoriamente, no mês subsequente à prestação do serviço.
4. A apresentação da nota fiscal/fatura juntamente com a documentação aqui enumerada se dará, obrigatoriamente, através da Seção de Protocolo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

5. Para a efetivação do pagamento por parte da Contratante, além das exigências constantes do Contrato, deverá a Contratada apresentar:

- a) comprovante de pagamento de salários dos profissionais que prestaram serviços nas dependências da Contratante, no prazo previsto em Lei, referente ao mês a que se refere a nota fiscal/fatura;
- b) folha de frequência dos empregados referente ao mês da prestação do serviço;
- c) cópia do comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, do mês anterior ao que se refere a nota fiscal/fatura;
- d) cópia do comprovante de recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior ao que se refere a nota fiscal/fatura;
- e) comprovante de pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei.

6. O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da Contratada, haja vista a implicação da responsabilidade subsidiária da Contratante, quanto àquelas obrigações (art. 71 da Lei nº 8.666/93 e Súmula nº 331 do TST). A aplicação do disposto neste item não gerará reajustamento de preços.

7. Condiciona-se o pagamento, ainda, à declaração da Fiscalização do Contrato de que os serviços foram executados na forma avençada.

8. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1. Com fundamento nos art. 86 e 87 ° da Lei nº 8.666/93, a Contratante poderá aplicar à



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Contratada, pela inexecução das obrigações assumidas e pelo retardamento ou pela falha na execução do Contrato, isoladamente ou juntamente com as multas definidas no Termo de Referência, o impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF.

2. O retardamento da execução do contrato ficará configurado quando a Contratada deixar de iniciar, sem justa causa, a execução dos serviços no prazo pactuado.

3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 308/2022, da Presidência do TRE-BA.

5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a Contratada estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.

6. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 23, I, da Portaria nº 308/2022, do TRE-BA, reter, de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo à eventual multa a ser-lhe aplicada.

6.1 Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, será a Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.

9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art. 109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.
2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

1. A vigência do Contrato será de **180 dias** contados da data da sua assinatura, podendo ser rescindido antecipadamente caso a Administração conclua, com êxito, novo procedimento licitatório, devendo a contratada ser informada no prazo de 30 dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) - LEI 13709/2018

1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:
 - a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
 - b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.
2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.
3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.
4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

1. O presente contrato será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, conforme prescreve o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

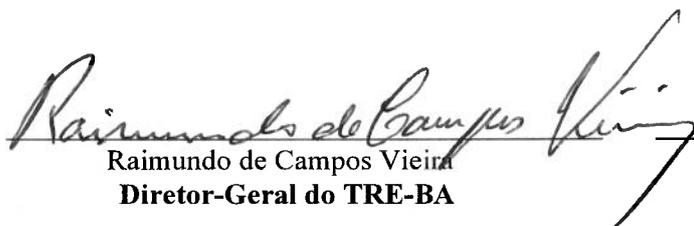
1. O presente Contrato é celebrado com fulcro no art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, tendo por base as condições estabelecidas no Processo SEI 0005439-35.2022.6.05.8000 e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, 10 de JUNHO de 2022.


Raimundo de Campos Vieira
Diretor-Geral do TRE-BA


Sr. Neuton Luiz Morais Bacelar
ACS CONSTRUÇÕES LTDA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação emergencial de pessoa jurídica, cujo objeto social contemple a execução de serviços na área de engenharia ou arquitetura, para prestação de serviços técnicos especializados ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, com cessão de mão de obra residente, por meio de alocação de 07 (sete) postos de trabalho ocupados por profissionais da área de engenharia e/ou arquitetura, observadas as qualificações mínimas indicadas neste Termo de Referência, para desempenho de atividades de elaboração, detalhamento e compatibilização de projetos, orçamentos, acompanhamento de obras, fiscalização de serviços e obras de engenharia/arquitetura e elaboração de laudos e pareceres técnicos, com prazo máximo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias, até que esteja concluída a nova contratação deflagrada por meio do processo SEI nº 0013828-43.2021.6.05.8000.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação tem como fato gerador as demandas constantes de execução de projetos, obras e manutenção, em diversas unidades próprias e locadas em uso pelo Tribunal, na Capital no interior do Estado;

2.2. Considerando que os serviços demandados referem-se à manutenção e criação da infraestrutura física imprescindível para que o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia possa exercer a prestação dos serviços de sua competência à sociedade e, ainda, que o Tribunal não dispõe de recursos humanos suficientes no seu Quadro de Pessoal para realização de todas essas atividades, é necessário que esta demanda seja suprida através de contratação de empresa especializada, garantindo a continuidade dos serviços eleitorais.

2.3. Tendo em vista recente manifestação da atual Contratada quanto à prorrogação da avença em vigor (Contrato nº 26/2021), por meio da qual a empresa impõe à Administração um reequilíbrio econômico financeiro do contrato não aparado na lei e desde que atendidas todas as condições apresentadas, entende-se que o prosseguimento do contrato resta prejudicado.

2.4. Salientar que existem fortes indícios de graves prejuízos à realização das reformas do Fórum Eleitoral de Ipirá e da 2ª etapa do Anexo III, ambos com recursos específicos do exercício 2022, pelo desatendimento da Contratada às demandas de elaboração dos projetos necessários à abertura da contratação. A frustração da licitação para a realização das citadas reformas implicaria em imensas dificuldades em se conseguir novo aporte de recursos no próximo exercício, postergando a realização de intervenções que já são urgentes. Ademais se encontra em plena execução a reforma da 1ª etapa do Anexo III, com prazo para finalizar em 10/05/2022, cuja fiscalização e acompanhamento da obra é feita por profissionais alocados na prestação dos serviços objeto do Contrato 26/2021, cuja prorrogação não foi confirmada pela Contratada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

2.5. Considerando que os trabalhos que motivaram a contratação emergencial do Contrato 26/2021 ainda persistem e que outros foram iniciados, dos quais destacamos:

- 2.5.1. Fiscalização da obra de reforma do Anexo III;
- 2.5.2. Recebimento provisório e definitivo do Anexo III;
- 2.5.3. Fiscalização da Reforma do Anexo II;
- 2.5.4. Elaboração dos projetos da 2ª etapa da reforma do Anexo III;
- 2.5.5. Elaboração dos projetos de reforma do Fórum Eleitoral de Ipirá;
- 2.5.6. Fiscalização dos contratos de manutenção do interior.

2.6. Esses são os motivos pelo qual está sendo proposta a presente contratação em caráter emergencial.

3. RELAÇÃO DEMANDA PREVISTA E QUANTIDADE A SER CONTRATADA

3.1. Os serviços serão realizados por profissionais da área de Arquitetura e/ou Engenharia, detentores das qualificações técnicas indicadas neste Termo de Referência, alocados em postos de trabalho permanentes. Os serviços serão executados nas dependências da Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, no Centro de Apoio Técnico (Almoxarifado Central e Depósito de Urnas Eletrônicas), nesta capital, e nos Fóruns e Cartórios Eleitorais localizados nos municípios do interior do Estado.

Posto de trabalho	Jornada	Quantidade
Arquiteto/Engenheiro	40 horas semanais	7

4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1.1. PREPOSTO

4.1.1.1. A Contratada deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela Fiscalização do Contrato, durante o período de vigência do ajuste, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário. Na declaração deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

4.1.1.2. Preferencialmente, um dos profissionais alocados na prestação dos serviços acumulará a função de preposto da Contratada.

4.1.1.3. O preposto deverá apresentar-se à respectiva Fiscalização do Contrato em até 02 (dois) dias úteis antes do início da prestação dos serviços, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato relativos à sua competência.

4.1.1.4. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às notas fiscais/faturas dos serviços prestados.

4.1.1.5. A Contratada orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas do Órgão, especialmente o Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Resolução Administrativa nº 3/2017.

4.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

4.2.1. NORMAS GERAIS DE CONDUTA E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2.1.1. Os profissionais indicados pela Contratada deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas, e ainda as atribuições específicas de cada serviço contratado, conforme consta das especificações técnicas deste termo de referência:

- 4.2.1.1.1.** Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado;
- 4.2.1.1.2.** Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá;
- 4.2.1.1.3.** Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da Contratante;
- 4.2.1.1.4.** Cumprir as normas internas do órgão;
- 4.2.1.1.5.** Entrar em áreas restritas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- 4.2.1.1.6.** Zelar pela preservação do patrimônio do Tribunal sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- 4.2.1.1.7.** Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis (tais como Volare, MS Project, AutoCad e outros) para a execução dos serviços;
- 4.2.1.1.8.** Solicitar apoio técnico junto às unidades competentes da Contratante para solucionar falhas em máquinas e equipamentos;
- 4.2.1.1.9.** Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- 4.2.1.1.10.** Receber/passar o serviço, ao assumir/deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;

14



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- 4.2.1.1.11.** Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
- 4.2.1.1.12.** Manter atualizada a documentação utilizada no posto;
- 4.2.1.1.13.** Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- 4.2.1.2.** O horário de expediente do Tribunal é das 7 às 19 horas, de segunda a sexta-feira, cabendo à Contratante definir as escalas de horário para o cumprimento da jornada de trabalho, que poderá, inclusive, ser estabelecida fora do horário de expediente informado, a depender da necessidade do serviço, admitida a compensação de horas, atendidas as exigências legais.
- 4.2.1.2.1.** Excepcionalmente, a Contratante poderá autorizar a execução de serviços extraordinários (horas-extras) com o escopo de atender a situações de aumento excepcional de atividade, que não puderem ser realizadas no horário normal de trabalho.
- 4.2.1.2.2.** Os serviços extraordinários poderão ser realizados em dias úteis, bem como aos sábados, domingos e feriados e serão requisitados à Contratada de acordo com a necessidade, observando-se os limites estabelecidos na legislação trabalhista e as quantidades mensais máximas de horas, por posto de trabalho, apresentadas a seguir:

POSTO	Unidade	QTD.	
		Dias úteis e sábados	Domingos e feriados
ARQUITETO/ENGENHEIRO	Hora	16	6

- 4.2.1.3.** Os serviços objeto desta contratação serão executados nas dependências da Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, abrangendo o prédio principal e os Anexos I, II e III, e no Centro de Apoio Técnico, nesta Capital, bem como nos Fóruns e Cartórios Eleitorais localizados nos municípios do interior do Estado da Bahia.
- 4.2.1.4.** Quando os serviços forem executados nas dependências da Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, nesta Capital, os profissionais cumprirão jornada de 08 (oito) horas por dia, de segunda a sexta.
- 4.2.1.5.** Quando os serviços forem executados nos Fóruns e Cartórios Eleitorais localizados nos municípios do interior do Estado da Bahia, o(s) profissional(is) fica(m) obrigado(s) a comparecer(em) ao local determinado na data prevista na solicitação da fiscalização do contrato.
- 4.2.1.6.** As viagens deverão ser comunicadas à Contratada, junto com o seu cronograma, com antecedência mínima de 03 dias úteis, através de ofício ou e-mail.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

4.2.1.7. Quando os trabalhos forem desenvolvidos na sede deste Tribunal, os profissionais deverão assinar diariamente comprovante de comparecimento junto à fiscalização do TRE-BA.

4.2.1.8. Quando os serviços forem executados nos Fóruns e Cartórios Eleitorais localizados nos municípios do interior do Estado da Bahia, o Chefe de Cartório de cada Zona Eleitoral deverá atestar a visita realizada pelo profissional da Contratada.

4.2.1.9. O deslocamento dos profissionais será de responsabilidade da Contratada. A estimativa de deslocamento encontra-se detalhada abaixo:

Estimativa de dias de deslocamento por profissional por mês	5
Estimativa total de dias de deslocamento por mês (05 profissionais)	25
Estimativa total de deslocamentos por profissional	30
Estimativa total de deslocamentos para os 05 profissionais	150

4.2.1.10. Será exigido da Contratada o pleno conhecimento do Contrato, e respectivo Termo de Referência/Projeto Básico, firmado entre este Tribunal e as empresas responsáveis pela prestação de serviços de engenharia ou arquitetura ou pela execução de obras, que esteja acompanhando.

4.2.1.11. A Contratada deverá realizar as seguintes atividades, dentre outras que guardem afinidades com a execução dos serviços:

4.2.1.11.1. Realizar o acompanhamento diário dos serviços, *in loco*, ou através de comunicação com as empresas responsáveis pela prestação de serviços de engenharia ou arquitetura ou pela execução de obras, fazendo cumprir todas as disposições e especificações constantes do contrato, projetos, memorial e especificações, fornecendo toda a assessoria técnica à Fiscalização do TRE-BA, necessária à verificação da perfeita execução dos serviços;

4.2.1.11.2. Atender aos chamados da Fiscalização do TRE-BA, no intuito de se fazer presente no local do serviço ou em reuniões em outros órgãos ou locais para dirimir dúvidas referentes ao objeto dos contratos de prestação de serviços de arquitetura ou engenharia ou de execução de obras, que esteja acompanhando, sempre que solicitado;

4.2.1.11.3. Informar à Comissão de Fiscalização do TRE-BA, de imediato e formalmente (por



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

documento protocolado ou e-mail), toda e qualquer ocorrência que venha ou possa vir a comprometer, direta ou indiretamente, o regular andamento dos serviços ou das obras;

- 4.2.1.11.4. Acompanhar, através de planilhas próprias, a execução dos chamados e a execução das ordens de serviço emitidas pela fiscalização do contrato, comunicando as faltas cometidas à fiscalização do TRE-BA, através de e-mail;
- 4.2.1.11.5. Participar de reuniões periódicas, juntamente com a Fiscalização do TRE-BA, com as empresas responsáveis pela prestação de serviços de arquitetura ou engenharia ou pela execução de obras, para análise e discussão sobre o andamento dos serviços/obras, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato;
- 4.2.1.11.6. Esclarecer e/ou indicar solução para incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nas planilhas orçamentárias e relatórios executados pelas empresas responsáveis pela prestação de serviços de arquitetura ou engenharia ou pela execução de obras, bem como fornecer informações e instruções necessárias à apresentação dos trabalhos de acordo com as exigências contidas no contrato firmado entre aquelas empresas e o TRE-BA, submetendo suas conclusões preliminarmente à aprovação da Fiscalização do TRE-BA;
- 4.2.1.11.7. Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços ou obras em execução;
- 4.2.1.11.8. **Indicar a paralisação e/ou o refazimento de qualquer trabalho que não esteja sendo executado em conformidade com os projetos, normas técnicas ou qualquer disposição legal, aplicáveis ao objeto do contrato;**
- 4.2.1.11.9. **Apontar a necessidade de substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis ao serviço/obra de arquitetura ou engenharia, que esteja acompanhando;**
- 4.2.1.11.10. **Sugerir a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade do serviço/obra objeto do contrato que esteja acompanhando;**
- 4.2.1.11.11. Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços/obras, analisando eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- 4.2.1.11.12. Verificar a substituição de materiais, equipamentos e/ou serviços solicitada pela Empresa e admitida no projeto e documentos correlatos, com base na comprovação da equivalência entre os componentes, em conformidade com os requisitos estabelecidos nas especificações de serviços/obras, submetendo o parecer à aprovação da Fiscalização do TRE-BA;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- 4.2.1.11.13.** Solicitar à Fiscalização do TRE-BA a substituição de qualquer funcionário das empresas contratadas pelo TRE-BA, cujos serviços ou obras esteja acompanhando, que embarace ou dificulte a ação dos fiscais ou cuja presença, no local dos serviços ou das obras, seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos ou atrapalhe a regularidade da prestação dos serviços pelo Tribunal;
- 4.2.1.11.14.** Verificar os desenhos *as built* elaborados pelas empresas contratadas pelo TRE-BA, cujos serviços ou obras esteja acompanhando, observando todas as modificações introduzidas no projeto original, de modo a documentar fielmente os trabalhos efetivamente executados;
- 4.2.1.11.15.** Realizar as medições dos serviços executados pelas contratadas pelo TRE-BA, cujos serviços ou obras esteja acompanhando, e apresentá-las aos fiscais do TRE-BA para análise conjunta e conseqüente aprovação;
- 4.2.1.11.16.** Acompanhar o cronograma físico/financeiro de cada serviço/obra, que esteja acompanhando, comparando os quantitativos executados com os previstos e propondo eventuais reprogramações em função dos desvios detectados, informando à fiscalização do TRE-BA sobre o andamento deste cronograma;
- 4.2.1.11.17.** Fornecer, sempre que solicitado, orçamento sobre os serviços necessários. Os preços dos materiais/serviços deverão ser os da tabela SINAPI. Na falta da especificação do insumo e/ou serviço na Tabela SINAPI, será efetuada composição de preços, de acordo com a seguinte ordem: base do ORSE – Orçamento de Obras de Sergipe; TCPO – Editora PINI, Tabela de Composição de Preços para Orçamentos; tabela de referência publicada pela empresa STABILE – SBC SISTEMAS E CONSULTORIA DE CUSTOS LTDA;
- 4.2.1.11.17.1.A** Contratante disponibilizará, pelo menos, uma licença do software VOLARE para uso pelos empregados da Contratada alocados nos postos de trabalhos.
- 4.2.1.11.18.** Dar assistência a procedimento licitatório para contratação da execução de obra, especificamente quanto aos projetos elaborados pelas empresas e de suas interações com os demais projetos complementares no que couber, analisando questionamentos eventualmente formulados acerca dos projetos, prestando informações e explicações e apresentando respostas aos licitantes em relação a esses quesitos, bem como à equipe técnica do TRE-BA;
- 4.2.1.11.19.** Emitir relatórios técnicos sobre os imóveis vistoriados e sobre a fiscalização dos serviços/obras, em papel timbrado da Contratada. O relatório técnico é um documento através do qual serão apresentados os resultados da inspeção de ambientes, avaliação da edificação, avaliação de serviços executados, dentre outros. Visa informar sobre a situação encontrada, seja para indicar as providências a serem tomadas (pré-intervenção), seja para apontar os resultados das intervenções feitas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

pela empresa contratada para a prestação dos serviços de engenharia ou para a execução de obras. O relatório, em 01 via, deverá ser entregue, por e-mail, até o quinto dia útil após o retorno da viagem realizada, contendo os seguintes dados:

- 4.2.1.11.19.1.** Fotos coloridas, resolução mínima de 2272x1704 pixels, tamanho mínimo 10x15cm, com legenda, em quantidade suficiente para que seja possível demonstrar adequadamente o andamento de todos os serviços/obras ou a situação do imóvel, não sendo aceitas fotos ilegíveis;
- 4.2.1.11.19.2.** Avaliação sobre o andamento do serviço/obra em relação ao cronograma firmado e quanto à qualidade do trabalho e dos materiais utilizados, apresentando relação das atividades executadas. No caso de vistoria técnica, avaliação da situação do imóvel, item a item, descrevendo quais os serviços necessários para sanar os problemas encontrados;
- 4.2.1.11.19.3.** Quaisquer outras informações relevantes, incluindo problemas detectados e indicação de soluções.
- 4.2.1.11.20.** Emitir parecer técnico, sempre que solicitado, sobre os imóveis objeto dos serviços/obras que esteja acompanhando. O parecer técnico é uma peça escrita e fundamentada, na qual os técnicos expõem as observações, estudos e conclusões que fizeram e registraram durante a perícia executada. Este relatório, emitido após análise especializada do profissional, poderá ser utilizado em qualquer ação judicial ou em caso de dúvidas sobre a estabilidade, utilização, conservação de uma obra ou de seus projetos executivos. O parecer técnico deve ser pautado nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e ter a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT. O relatório do parecer técnico deve ser pautado em fatos, realizando exames e providências indispensáveis. Pode conter plantas, desenhos, fotografias, gráficos e outras peças julgadas necessárias à sua apresentação. Ao final, deve explicar as conclusões de seu autor e tem a obrigação de conter a indicação de todas as fontes de informação utilizadas. O parecer, em 01 via, juntamente com a respectiva ART ou RRT deverá ser entregue através da Seção de Protocolo do TRE-BA, em até cinco dias após o retorno da viagem realizada, contendo, no mínimo, os seguintes dados:
- 4.2.1.11.20.1.** Fotos coloridas, resolução mínima de 2272x1704 pixels, tamanho mínimo 10x15cm, com legenda, em quantidade suficiente para que seja possível demonstrar adequadamente a situação do imóvel, não sendo aceitas fotos ilegíveis;
- 4.2.1.11.20.2.** Avaliação da situação encontrada, com diagnóstico para saneamento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

do problema, acompanhado de todas as informações técnicas necessárias, a exemplo de detalhes construtivos, normas técnicas não atendidas ou a serem utilizadas, dentre outros, necessários à caracterização do problema e da sua solução, além de informar da necessidade de elaboração de projeto específico, cujo prazo de entrega será acordado junto à fiscalização.

- 4.2.1.12.** Comunicar com as empresas contratadas pelo TRE-BA para realização de serviços de engenharia ou de obras sempre por escrito e através ou com o conhecimento e aprovação dos fiscais do TRE-BA;
- 4.2.1.13.** Proceder às devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao CREA/BA, ou Registro de Responsabilidade Técnica, junto ao CAU/BA, referentes aos projetos executados e, quando solicitado, das vistorias técnicas e de todos os demais serviços decorrentes desta contratação que assim o exigir;
- 4.2.1.14.** Deverão ser consideradas, juntamente com o que se estipula neste documento, e em total observância às recomendações das normas e publicações abaixo listadas, bem como aquelas pertinentes, porventura aqui não listadas:
- 4.2.1.14.1.** Normas e especificações constantes nos projetos existentes neste TRE;
- 4.2.1.14.2.** Normas da ABNT;
- 4.2.1.14.3.** Disposições legais da União e do Estado da Bahia;
- 4.2.1.14.4.** Regulamentos das empresas concessionárias;
- 4.2.1.14.5.** Prescrições e recomendações dos fabricantes;
- 4.2.1.14.6.** Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- 4.2.1.14.7.** Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- 4.2.1.14.8.** Práticas SEAP – Projetos, execução e manutenção;
- 4.2.1.14.9.** Qualificações de materiais do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H);
- 4.2.1.14.10.** Legislação Municipal vigente na cidade de Salvador e nas cidades onde forem realizados os serviços de fiscalização;
- 4.2.1.14.11.** Especificações;
- 4.2.1.14.12.** Métodos de ensaio;
- 4.2.1.14.13.** Terminologias;
- 4.2.1.14.14.** Padronização;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

4.2.1.14.15. Simbologias.

4.2.1.15. Os direitos patrimoniais relativos aos projetos, relatórios, pareceres, orçamentos e demais documentos técnicos elaborados pelos profissionais alocados nos postos de trabalhos, descritos neste Termo de Referência, serão cedidos à Contratante, consoante expressa disposição do art. 111 da Lei nº 8.666/93.

4.2.2. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DOS SERVIÇOS

4.2.2.1. Observando-se as atividades descritas no item 4.2.1.11 e respectivos subitens, a Contratada deverá executar os seguintes serviços:

4.2.2.1.1. Apoiar tecnicamente a equipe do TRE-BA na realização da contratação e na execução da obra de reforma do edifício sede do Tribunal, anexo dos cartórios eleitorais da Capital (Anexo I), Anexo II, Anexo III e Central de Atendimento ao Público;

4.2.2.1.1.1. A arquitetura do imóvel em que funciona o TRE-BA é bastante característica. Sua construção, totalmente industrializada, baseia-se no emprego de componentes metálicos, argamassa armada e plástico. Estruturas que foram produzidas nas oficinas do CTRS – Centro de Tecnologia da Rede SARA, a partir dos projetos arquitetônicos desenvolvidos por esse Centro Tecnológico, de autoria do renomado arquiteto **João da Gama Filgueiras Lima, o “Lelé”**. O CTRS foi também o ente responsável pela construção da Sede desta Justiça Especializada, edifício que traz o mesmo padrão arquitetônico existente em destacadas obras de autoria do mencionado arquiteto espalhadas pelo País, tais como: Hospitais da Rede SARA (Sedes em Salvador, Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, Natal, Recife, dentre outras), Tribunal de Contas da União - TCU (Secretarias de Controle Externo nos Estados da Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Alagoas, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Mato Grosso e Piauí), Prefeituras no Estado do Maranhão e outros. Sua estrutura portante é predominantemente metálica, com grandes coberturas onduladas responsáveis pela sinuosidade do projeto.

4.2.2.1.1.2. *O apoio técnico a ser prestado pela Contratada compreende, entre outras atividades, a elaboração de projetos arquitetônicos, de programação visual, de paisagismo, de acessibilidade, hidrossanitários, elétrico (incluindo etiquetagem), de rede lógica, voz e dados com cabeamento estruturado, de instalação de detecção, prevenção e combate a incêndio, de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), de impermeabilização, de segurança*

 21



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

(incluindo circuito fechado de televisão), de som e mídia, bem como auxílio na análise de propostas de licitantes, na análise de documentação técnica, bem como auxílio na fiscalização do contrato e acompanhamento da execução do serviço.

- 4.2.2.1.2.** Prestar apoio técnico à equipe do TRE-BA na elaboração e execução de projeto de modernização da subestação do órgão.
- 4.2.2.1.2.1.** O TRE possui Subestação com potência total de 1250 KVA (transformadores a seco de 750 e 500 KVA), alimentado em 13,8 KV pela Concessionária de Energia, com rede estabilizada (NO BREAK 120 KVA) e circuito de emergência (Grupo Gerador 150 KVA).
- 4.2.2.1.2.2.** A subestação do órgão data de mais de 20 (vinte) anos de idade e em um levantamento preliminar, constatou-se que os equipamentos encontram-se em estado precário de manutenção, obsoletos em alguns casos e fora dos padrões das normas regulamentadoras em outros.
- 4.2.2.1.2.3.** Assim, urge a elaboração de um projeto de modernização da subestação, e sua implementação, com o objetivo de torná-la mais eficiente, segura e confiável, proporcionando melhores condições para seu funcionamento e em estrita observância às normas de segurança.
- 4.2.2.1.2.4.** O apoio técnico a ser prestado pela Contratada compreende, entre outras atividades, a realização de diagnóstico da situação da subestação, elaboração de projeto de modernização, análise de propostas de licitantes, análise de documentação técnica, bem como fiscalização do contrato e acompanhamento da execução do serviço.
- 4.2.2.1.3.** Prestar apoio à equipe do TRE-BA na elaboração e execução de projeto de modernização do sistema de refrigeração dos Cartórios Eleitorais da Capital;
- 4.2.2.1.3.1.** O apoio técnico a ser prestado pela Contratada abrange, entre outras atividades, a realização de diagnóstico da situação do sistema, elaboração de projeto de modernização, análise de propostas de licitantes, análise de documentação técnica, bem como fiscalização do contrato e acompanhamento da execução do serviço.
- 4.2.2.1.4.** Apoiar tecnicamente a equipe da Contratante na realização da adequação do cabeamento estruturado do edifício sede do Tribunal;
- 4.2.2.1.4.1.** Abrangendo a elaboração de projetos, apoio na realização da contratação, fiscalização do contrato e acompanhamento da execução dos serviços, entre outras atividades correlatas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

4.2.2.1.5. Realizar levantamento das condições ambientais de trabalho nas unidades da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia;

4.2.2.1.5.1. Necessidade de avaliar qualitativa e quantitativamente os riscos ambientais, bem como estabelecer o enquadramento das atividades como salubres, insalubres, perigosas ou passíveis de aposentadoria especial, a fim de possibilitar o registro de informações no sistema eSocial – Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas.

4.2.2.1.6. Prestar apoio técnico à equipe do TRE-BA na fiscalização e acompanhamento da contratação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva das instalações da Justiça Eleitoral na Capital e no interior do Estado da Bahia;

4.2.2.1.6.1. O apoio técnico a ser prestado pela Contratada abrange, entre outras atividades, fiscalização técnica dos Contratos e o apoio na elaboração do PMOC.

4.2.2.2. Para a consecução dos serviços acima indicados, a Contratada deverá realizar as seguintes atividades, ente outras:

4.2.2.2.1. Elaboração de projetos estruturais em concreto e em estrutura metálica, inclusive fundações;

4.2.2.2.2. Elaboração de projetos hidrossanitários;

4.2.2.2.3. Elaboração de projetos de pavimentação e impermeabilização;

4.2.2.2.4. Elaboração de projetos de prevenção e combate a incêndio;

4.2.2.2.5. Elaboração de projetos de climatização;

4.2.2.2.6. Elaboração de projetos de redes, projeto de cabeamento estruturado de voz e dados;

4.2.2.2.7. Elaboração de projetos elétricos em média ou alta tensão

4.2.2.2.8. Elaboração de memorial descritivo;

4.2.2.2.9. Elaboração de especificação técnica;

4.2.2.2.10. Elaboração de Estudos de Viabilidade Técnico, Econômico e Ambiental - EVTEA;

4.2.2.2.11. Planejamento e acompanhamento da execução de obras e serviços de arquitetura e engenharia;

4.2.2.2.12. Fiscalização de obras e serviços de arquitetura e engenharia, nos termos do art. 67 da lei nº 8666/93;

4.2.2.2.13. Elaboração de estudos e pareceres técnicos sobre projetos e obras de instalações e estrutura física de edificações, em temas de sua alçada;

23



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- 4.2.2.2.14.** Elaboração de desenhos utilizando softwares Autocad (Autodesk), Eberick (Altoqi), Revit, Hydros, Lumine (altoqi), ou compatível;
- 4.2.2.2.15.** Elaboração de planilhas em programas específicos de orçamento e instalações prediais existentes no mercado, e no software Excel, usando o sistema SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - gestão compartilhada entre Caixa e IBGE). O(s) sistema(s) utilizado(s) para a composição do orçamento será(ão) disponibilizado(s) pelo TRE-BA. Eventualmente, a Contratada será demandada a disponibilizar tais sistemas;
- 4.2.2.2.16.** Elaboração de orçamento completo (levantamento de quantitativos / composição unitária de custos / planilha de custos / cronograma físico financeiro), em programas específicos de orçamento e instalações prediais existentes no mercado, e no software Excel, usando o sistema SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - gestão compartilhada entre Caixa e IBGE);
- 4.2.2.2.17.** Elaboração de cálculo do BDI;
- 4.2.2.2.18.** Elaboração de cronograma de obra;
- 4.2.2.2.19.** Responder consulta acerca de questões levantadas por Licitantes nas licitações realizadas para a consecução dos serviços indicados acima;
- 4.2.2.2.20.** Esclarecer dúvidas e responder impugnações nas licitações realizadas para a consecução dos serviços indicados acima;
- 4.2.2.2.21.** Realização de perícias e emissão de laudos.

4.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA PARA OS PROFISSIONAIS ALOCADOS NOS POSTOS DE TRABALHO

- 4.2.3.1.** A experiência dos profissionais que executarão os serviços será aferida após assinatura do contrato e antes do início dos serviços. Os profissionais deverão ter curso superior completo em Arquitetura ou Engenharia, com registro válido no Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), de qualquer região, e pelo menos 07 (sete) anos de experiência profissional comprovada, dia a dia, na execução de serviços relacionados a esta contratação.
- 4.2.3.2.** O profissional deve estar com seu registro vigente no Conselho de Classe, na data de entrega da documentação e durante todo o período da prestação dos serviços.
- 4.2.3.3.** A demonstração de experiência do profissional consiste em comprovação do exercício de atividades anteriores compatíveis, deve ser comprovada mediante declaração/atestado emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhada de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo órgão de classe.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

4.2.3.4. A Contratada deverá comprovar que os profissionais alocados nos postos de trabalhos desenvolveram as seguintes atividades:

4.2.3.4.1. POSTO 1 e 2 – Engenheiro Eletricista ou Arquiteto

- 4.2.3.4.1.1.** Elaboração de projeto elétrico ou execução de obra de média ou alta tensão;
- 4.2.3.4.1.2.** Elaboração de projetos ou execução de obra de telefonia, cabeamento estruturado, fibra ótica, circuito fechado de câmeras e TV (CFTV);
- 4.2.3.4.1.3.** Elaboração de projetos ou execução de obra de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA);
- 4.2.3.4.1.4.** Elaboração de projetos ou execução de obra Sistema de Detecção de Alarme e Incêndio contra descargas atmosféricas (SDAI);
- 4.2.3.4.1.5.** Execução ou Supervisão ou Coordenação ou Direção de manutenção de instalação elétrica em média tensão e subestação de energia elétrica.

4.2.3.4.2. POSTOS 3, 4, 5 e 6 – Engenheiro Civil e/ou Arquiteto

- 4.2.3.4.2.1.** Elaboração de projeto de recuperação de estrutura metálica;
- 4.2.3.4.2.2.** Elaboração de Projeto em estrutura de concreto armado;
- 4.2.3.4.2.3.** Elaboração de projeto de arquitetônico;
- 4.2.3.4.2.4.** Elaboração de projeto de acessibilidade;
- 4.2.3.4.2.5.** Elaboração de projeto de instalação hidrossanitária;
- 4.2.3.4.2.6.** Elaboração de orçamento de obra;
- 4.2.3.4.2.7.** Elaboração de estudos, projetos ou análises de condições de ergonomia de acordo com a NR-17 da portaria do MTE 3751 de 23/11/90.

4.2.3.4.3 – POSTO 7 – ENGENHEIRO MECÂNICO

- 4.2.3.4.3.1.** Elaboração de Projetos de sistema de Climatização, que compreenda unidades do tipo VRF (Fluxo de Gás Refrigerante Variável);

4.2.3.5. A Contratada deverá comprovar que pelo menos um dos profissionais alocados nos postos indicados no item 4.2.3.4.2 desenvolveu todas as atividades elencadas nos itens 4.2.3.4.2.1 e 4.2.3.4.2.3 a 4.2.3.4.2.6 ou todas as atividades indicadas nos itens 4.2.3.4.2.2 a 4.2.3.4.2.6.

4.2.3.6. Para os demais postos indicados no item 4.2.3.4.2, a Contratada poderá comprovar que 1 ou 2 profissionais desenvolveram as atividades (Ex: para 1 dos profissionais poderá comprovar a execução das atividades descritas nos itens 4.2.3.4.2.1 a 4.2.3.4.2.4 e para o outro profissional as atividades descritas nos itens 4.2.3.4.2.5 a

 25



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

4.2.3.4.2.7; ou ainda, para 1 profissional a execução das atividades descritas nos itens 4.2.3.4.2.1 a 4.2.3.4.2.6 e para o outro profissional a execução apenas da atividade descrita no item 4.2.3.4.2.7 etc.)

4.2.3.4.4 - Será expedida Ordem de Serviço para execução de cada demanda

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Será exigida da proponente a apresentação da seguinte documentação de qualificação técnica:

5.1.1. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

5.1.1.1. Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região a que estiver vinculada;

5.1.1.1.1. Caso a proponente seja de outro Estado da Federação e não apresente a certidão de registro do CREA da Bahia, deverá entregar, antes da assinatura do contrato, certidão visada pelo CREA da Bahia, de acordo com o artigo 69 da Lei nº 5.194/66 e Resolução nº 413/97 do CONFEA.

5.1.1.2. Apresentar um ou mais atestado de capacidade técnica-operacional em nome da proponente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m):

5.1.1.2.1. Elaboração ou participação comprovada no desenvolvimento de projeto de edificação em estrutura metálica com área construída mínima de 600 (seiscentos) metros quadrados; ou fiscalização ou participação comprovada na execução de obra de edificação em estrutura metálica com área construída mínima de 600 (seiscentos) metros quadrados;

5.1.1.2.2. Elaboração ou participação comprovada no desenvolvimento de projeto de edificação em estrutura de concreto armado com área construída mínima de 400,00 (quatrocentos) metros quadrados;

5.1.1.2.3. Elaboração ou participação comprovada no desenvolvimento de projeto hidrossanitário com área construída mínima de 400,00 (quatrocentos) metros quadrados;

5.1.1.2.4. Elaboração ou participação comprovada no desenvolvimento de projeto elétrico com área construída mínima de 400,00 (quatrocentos) metros quadrados;

5.1.1.2.5. Elaboração ou participação comprovada no desenvolvimento de projeto arquitetônico com área construída mínima de 400,00 (quatrocentos) metros quadrados;

5.1.1.3. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo da proponente. Serão consideradas do mesmo grupo empresas, aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

5.1.1.4. Não serão aceitos somatório de atestados para comprovação das áreas mínimas, sendo possível, contudo, que a Proponente apresente atestados diversos para itens distintos.

5.1.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

5.1.2.1. Comprovante, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA e/ou CAU, acompanhada do respectivo atestado fornecido pelo contratante dos serviços, de que os responsáveis técnicos da proponente elaboraram serviços compatíveis com as parcelas mais relevantes e de valor significativo do objeto da contratação, nas especialidades abaixo:

5.1.2.1.1. Elaboração ou participação comprovada no desenvolvimento de projeto de edificação e/ou projeto de recuperação de edificação em estrutura metálica; ou fiscalização ou participação comprovada na execução de obra de edificação em estrutura metálica;

5.1.2.1.2. Elaboração ou participação comprovada no desenvolvimento de projeto hidrossanitário;

5.1.2.1.3. Elaboração ou participação comprovada no desenvolvimento de projeto elétrico;

5.1.2.1.4. Elaboração ou participação comprovada no desenvolvimento de projeto arquitetônico.

5.1.2.2. Comprovação de que os profissionais detentores dos Atestados de Responsabilidade Técnica (ART) ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) são integrantes do quadro permanente da proponente na data do envio da proposta;

5.1.2.2.1. A comprovação de vínculo do profissional com o proponente poderá ser feita, entre outros meios, pela apresentação carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o proponente como contratante; contrato social do proponente, em que conste o profissional como sócio; contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da sua anuência.

5.1.2.2.2. O(s) profissional(is) que apresentar(em) as ART/RRTs para comprovação da qualificação técnica acima deverá(ão), obrigatoriamente, ser o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta contratação.

6. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, até o quinto dia útil de cada mês, para posterior verificação de sua conformidade com as condições pactuadas.

6.2. Em até 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, a Fiscalização do Contrato avaliará os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

serviços prestados, que estando em conformidade com as condições pactuadas serão recebidos definitivamente.

- 6.3.** A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto e se valerá do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme estabelecido neste Termo de Referência, devendo haver o ajuste no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:
- 6.3.1.** não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 6.3.2.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 6.4.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 6.5.** Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.6.** O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.7.** O preposto deverá por assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 6.8.** A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.9.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 6.10.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de apuração (mensal), o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.11.** A fiscalização administrativa, realizada nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 6.12.** Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, nas contratações com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

- 6.12.1.** No primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
- 6.12.1.1.** relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - 6.12.1.2.** Indicação formal do preposto da Contratada, bem como de telefone de contato e endereço eletrônico para fins de recebimento de todas as comunicações do Contratante;
 - 6.12.1.3.** Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
 - 6.12.1.4.** exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.
- 6.12.2.** Entrega, quando solicitado pela Administração, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 6.12.2.1.** extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
 - 6.12.2.2.** cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
 - 6.12.2.3.** cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - 6.12.2.4.** comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - 6.12.2.5.** comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 6.12.3.** Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.12.3.1.** termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

29



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- 6.12.3.2.** guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.12.3.3.** extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 6.12.3.4.** exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.13.** Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas elencados nos subitens acima poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.14.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.15.** A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.16.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.17.** Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa deverá observar, ainda, as seguintes diretrizes:
- 6.17.1.** Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada)
- 6.17.1.1.** No momento em que a prestação de serviços é iniciada, deve ser elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo. Ela conterá informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços no órgão ou entidade, divididos por contrato, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas.
- 6.17.1.2.** Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados devem ser conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela empresa e pelo empregado. Devem ser observadas, com especial atenção, a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações), além de demais eventuais alterações dos contratos de trabalho.
- 6.17.1.3.** O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.17.1.4. O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT), se houver.

6.17.1.5. Devem ser consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para as empresas terceirizadas (por exemplo, se os empregados têm direito a auxílio alimentação).

6.17.1.6. Deve ser verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados. Tais condições obrigam a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

6.17.2. No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação, devidamente autenticada:

6.17.2.1. Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.17.2.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.17.2.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.17.2.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

6.17.3. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura)

6.17.3.1. Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço.

6.17.3.2. Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.17.3.3. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.17.3.4. Exigir, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.17.4. Fiscalização diária

6.17.4.1. Devem ser evitadas ordens diretas da Administração dirigidas aos terceirizados, salvo quando a natureza da contratação assim o exigir. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

6.17.4.2. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva do empregador.

6.17.4.3. Conferir por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

6.17.5. Fiscalização procedimental

6.17.5.1. Observar a data-base da categoria prevista na CCT, se houver. Os reajustes dos empregados devem ser obrigatoriamente concedidos pela empresa no dia e percentual previstos, devendo ser verificada pelo gestor do contrato a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

6.17.5.2. Certificar de que a empresa observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados.

6.17.5.3. Certificar de que a empresa respeita a estabilidade provisória de seus empregados (cipeiro, gestante, e estabilidade acidentária).

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência, no Contrato e na legislação vigente:

a) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas as exigências contratuais por parte da Contratada;

b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de servidor especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, sendo que:

- Em face da especificidade dos serviços a serem prestados, que demandam decisões imediatas e orientações variadas, os empregados da Contratada poderão ser notificados diretamente pela Contratante para a execução das tarefas, sem que isto configure subordinação daqueles a esta.

c) Notificar, por escrito, a Contratada, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- d) Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada para execução dos serviços contratados;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- f) Zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência, no Contrato e na legislação vigente:

- a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços discriminados neste Termo de Referência;
- b) Cumprir e fazer cumprir por seus empregados e prepostos o Código de Ética do Tribunal (Resolução Administrativa nº 3/2017);
- c) Iniciar os serviços no prazo pactuado e com todos os materiais e equipamentos necessários ao perfeito cumprimento de suas obrigações contratuais;
- d) Empregar na execução dos serviços pessoal devidamente qualificado;
- e) Zelar pela conservação e bom funcionamento dos equipamentos de propriedade do TRE-BA utilizados nos serviços, dando ciência de eventuais avarias;
- f) Prover o pessoal necessário para garantir a execução contínua dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- g) Apresentar a ART/RRT dos profissionais que serão alocados nos postos de trabalhos e do responsável pela empresa, até o dia anterior à data estabelecida para o início dos serviços. A apresentação da ART/RRT é imprescindível para a realização dos trabalhos e deverá ser protocolizada na Seção de Protocolo do TRE-BA;
- h) Apresentar ART/RRT de cada trabalho técnico realizado em decorrência do Contrato, se assim for exigido;
- i) Responder por danos causados ao TRE-BA ou a terceiros, na execução do Contrato, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- j) Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos seus empregados alocados na execução dos serviços contratados,





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

assim como por indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução dos serviços;

k) Participar de reuniões com a equipe de Fiscalização do TRE-BA e as empresas contratadas para prestação de serviços de engenharia ou arquitetura ou execução de obras, sempre que solicitado pela Contratante;

l) Relatar ao gestor do contrato toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços;

m) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;

n) Fornecer aos profissionais responsáveis pela execução dos serviços crachá e os equipamentos de proteção individual necessários, de acordo com os serviços a serem realizados. Durante o horário dos trabalhos, tanto na sede deste Tribunal quanto nos cartórios do interior do estado e demais locais onde serão prestados os serviços, estes profissionais deverão permanecer identificados através de crachá funcional;

o) Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, sempre que exigido, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes, insatisfatórios à disciplina do Tribunal ou ao interesse no serviço público, ou ainda, incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

p) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem a prévia e expressa anuência do TRE-BA;

q) Efetuar o pagamento dos empregados, impreterivelmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

r) Manter relação empregatícia com os profissionais alocados nos postos de trabalho, e arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros encargos decorrentes de sua condição de empregadora, apresentando mensalmente à Contratante, nas datas convencionadas, a comprovação do recolhimento dos impostos devidos, bem como a comprovação dos demais valores que compõem a fatura, para que possam ser liberadas para pagamento pela Fiscalização do Contrato;

s) Participar de reunião com a Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento pela Contratada da via do Contrato assinado, com a finalidade de dirimir eventuais dúvidas e discutir questões relativas aos serviços, quando também serão apresentados os profissionais que executarão os serviços e a comprovação da experiência destes, conforme descrito neste Termo de Referência;

t) Encaminhar à Fiscalização do Contrato, por e-mail, com cópia para a Seção de Projetos e Obras, do Tribunal, os relatórios de vistoria técnica e fiscalização dos serviços realizados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

nos fóruns e cartórios eleitorais do interior do Estado da Bahia, após o retorno da viagem;

u) Entregar, na Seção de Protocolo do Tribunal, em até 5 (cinco) dias úteis após o retorno da viagem, os pareceres técnicos, juntamente com as respectivas ARTs./RRTs;

v) Disponibilizar até o final da vigência do ajuste, para uso pelos profissionais alocados nos postos de trabalho, 4 (quatro) licenças AutoCAD LT Commercial New Single-user ELD Annual Subscription WIN(2D).

9. VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. A vigência do contrato será de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua assinatura.

10. PRAZOS

10.1. As partes deverão observar os seguintes prazos contratuais:

10.1.1. Em até 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento pela Contratada da via do Contrato assinado, a Contratante agendará reunião inicial com a Contratada;

10.1.2. Em observância às Leis 6.496/1977 e 12.378/2010 deverão ser apresentadas todas as ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) no CREA e/ou RRT's (Registros de Responsabilidade Técnica) no CAU pela Contratada do responsável técnico pela empresa e dos profissionais alocados nos postos de trabalho, antes do início da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

10.1.2.1. A apresentação das ART/RRTs é condição necessária para o início dos serviços.

10.1.3. Em até 4 (quatro) dias úteis, a contar do recebimento pela Contratada da via do Contrato assinado, a Contratante emitirá a Ordem de Serviço para início da execução dos serviços.

10.1.4. Os serviços serão iniciados em no máximo 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Serviços emitida pela Fiscalização do Contrato.

10.1.5. Os relatórios de vistoria técnica deverão ser enviados por e-mail em até 5 (cinco) dias úteis após o retorno da viagem.

10.1.6. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após o retorno da viagem, os pareceres técnicos deverão ser entregues na Seção de Protocolo do TRE-BA, juntamente com as respectivas ARTs/RRTs.

11. PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado mensalmente, sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito bancário até o décimo dia útil após a apresentação da nota fiscal/fatura relativa à prestação dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

serviços executados no mês imediatamente anterior ao da sua emissão, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93.

- 11.2. A Contratada estará sujeita aos ajustes no pagamento pelas metas não atendidas, conforme estabelecido no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) constante deste Termo de Referência.
- 11.3. A nota fiscal/fatura deve ser emitida, obrigatoriamente, no mês subsequente à prestação do serviço.
- 11.4. A apresentação da nota fiscal/fatura juntamente com a documentação aqui enumerada se dará, obrigatoriamente, através da Seção de Protocolo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.
- 11.5. Para a efetivação do pagamento por parte da Contratante, além das exigências constantes do Edital e do Contrato, deverá a Contratada apresentar:
- a) comprovante de pagamento de salários dos profissionais que prestaram serviços nas dependências da Contratante, no prazo previsto em Lei, referente ao mês a que se refere a nota fiscal/fatura;
 - b) folha de frequência dos empregados referente ao mês da prestação do serviço;
 - c) cópia do comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, do mês anterior ao que se refere a nota fiscal/fatura;
 - d) cópia do comprovante de recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior ao que se refere a nota fiscal/fatura;
 - e) comprovante de pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei.
- 11.6. O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da Contratada, haja vista a implicação da responsabilidade subsidiária da Contratante, quanto àquelas obrigações (art. 71 da Lei nº 8.666/93 e Súmula nº 331 do TST). A aplicação do disposto neste item não gerará reajustamento de preços.
- 11.7. Condiciona-se o pagamento, ainda, à declaração da Fiscalização do Contrato de que os serviços foram executados na forma avençada.
- 11.8. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

12. INEXECUÇÃO CONTRATUAL E PENALIDADES

12.1. A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros;

12.1.1. Atrasar injustificadamente o início da execução do contrato – **2 %**, **sobre o valor mensal do posto de trabalho**, cuja alocação se deu com atraso, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;

12.1.2. Atrasar injustificadamente a entrega de produtos *referentes aos postos de trabalho regulares, ultrapassando o número de ocorrências admitido no IMR (itens 4 e 5)* – **0,5 %**, **sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho**, cujo produto foi entregue com atraso, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;

12.1.3. Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; bem como efetuar várias correções no mesmo material ocasionando retrabalho, *ultrapassando o número de ocorrências admitido no IMR (item 7)* – **1 %**, **sobre o valor mensal posto(s) de trabalho**, por ocorrência;

12.1.4. Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais *ultrapassando o número de ocorrências admitido no IMR (item 2)* – **1 %**, **sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho**, por ocorrência;

12.1.5. Deixar de substituir profissional que não atenda as necessidades do contrato quanto às qualificações e conhecimentos para desenvolvimento das atividades - **1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho**, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;

12.1.6. Deixar de substituir profissional faltoso, deixando o posto desguarnecido - **1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho**, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;

12.1.7. Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização - **2% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho**, por ocorrência;

12.1.8. Deixar de fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus profissionais e atuar para que eles os utilizem efetivamente - **2% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho**, que estiverem sem o EPI, por ocorrência;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

12.1.9. Deixar de efetuar o pagamento de salários, e demais verbas de natureza salarial nas datas avençadas - **0,2% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho**, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;

12.1.10. *Deixar de efetuar o recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social e FGTS nas datas avençadas* – **0,1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho**, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias.

12.2. A aplicação das penalidades não isenta a Contratada do cumprimento das obrigações estabelecidas contratualmente nos prazos avençados;

12.3. A Contratante poderá aplicar à Contratada que der causa à rescisão do contrato do contrato a multa de 5% do valor remanescente do ajuste;

12.4. Pela inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à multa de 5% do valor total do contrato.

13. GARANTIA CONTRATUAL

13.1. No prazo de 15 dias, a contar do recebimento da sua via do Contrato assinado, a Contratada prestará garantia contratual equivalente a 5% do valor contratado, observadas as regras estabelecidas no Edital.

14. MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 7º, parágrafo único, da Portaria nº 305/2019, do TRE/BA, reter, de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo à eventual multa a ser-lhe aplicada.

14.1.1. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

15. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

15.1. Será adotado, durante toda a vigência do contrato, “Instrumento de Medição de Resultados - IMR” estabelecido na IN nº 05/2017 – SLTI - MPOG e Portaria DG nº 103/2018 do TRE-BA, contemplando indicadores e respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização designada pela Contratante, visando à qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento (Anexo A).

15.2. Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Contratante e da Contratada no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

acompanhamento e na execução do Contrato, que são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços.

- 15.3. Os indicadores são:
 - 15.3.1. Pontualidade;
 - 15.3.2. Urbanidade e cortesia;
 - 15.3.3. Eficiência.
- 15.4. Os serviços serão avaliados mensalmente e consecutivamente como forma de verificação da qualidade de sua prestação. No 1º dia útil do mês subsequente àquele em que se completar o mês, a Fiscalização do Contrato formalizará a avaliação.
- 15.5. O fiscal do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das obrigações previstas na tabela II (anexo A).
- 15.6. Apurado o número de ocorrências do IMR conforme tabela II (anexo A), na fatura do mês da formalização prevista no item 15.4, a Contratante providenciará a glosa conforme tabela I (anexo A).
- 15.7. A Contratante notificará a Contratada quanto à formalização mencionada no subitem 15.4, até o 5º (quinto) dia útil imediatamente posterior ao da formalização.
- 15.8. A Contratada terá 3 (três) dias úteis, antes do pagamento da fatura, para apresentar recurso quantos aos apontamentos do IMR.
- 15.9. Os pagamentos deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultados - IMR.
- 15.10. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) é parte integrante do Contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ANEXO A
Do Termo de Referência

INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS
INDICADORES DE DESEMPENHO

TABELA I

INDICADORES	
PROPORCIONALIDADE DO ATINGIMENTO DAS METAS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que a prestação dos serviços se dê de forma regular, plena e eficiente e que os profissionais alocados nos postos de trabalho demonstrem urbanidade e cortesia no trato com os servidores e o público em geral.
Meta a cumprir	100% dos serviços, sem ocorrências que estejam na esfera de controle da Contratada.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo abaixo indicado.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das obrigações apontadas como indicadores, conforme perspectiva da Contratante, para posterior lançamento do resultado na planilha de controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	O número de ocorrências no mês refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou, a glosa, pelo não atingimento.
Início de Vigência	Data estabelecida para o início da execução dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	<ul style="list-style-type: none">▪ 0 a 2 ocorrências: 100% da meta = recebimento de 100% da fatura;▪ 3 a 5 ocorrências: 98% da meta = recebimento de 98% da fatura;▪ 6 a 8 ocorrências: 95% da meta = recebimento de 95% da fatura;▪ 9 a 11 ocorrências: 90% da meta = recebimento de 90% da fatura.
Sanção	A existência de mais de 11 (onze) ocorrências, em um mesmo mês, faculta à Contratante a rescisão unilateral do ajuste, com as consequências dela decorrentes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TABELA II

AVALIAÇÃO MENSAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	Nº DE OCORRÊNCIAS
1.	Apresentar-se com atraso para assumir o posto ou deixá-lo antes do final da jornada, sem justa causa, sem que seja compensada a jornada mensal.	
2.	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	
3.	Demonstrar desconhecimento do contrato e respectivo termo de referência/projeto básico ao realizar fiscalização em contratações firmadas entre o TRE-BA e outras	
4.	Descumprir prazo seja o estabelecido especificamente neste termo de referência ou aquele definido em comum acordo entre a Contratante e a Contratada, para apresentação dos relatórios de vistorias realizados, pareceres, laudos, bem como da apresentação respectiva RRT e/ou ART, quando for o caso.	
5.	Descumprir prazo seja o estabelecido especificamente neste termo de referência ou aquele definido em comum acordo entre a Contratante e a Contratada, para apresentação dos projetos realizados, bem como da apresentação da respectiva RRT e/ou ART, quando for o caso.	
6.	Entregar material em desacordo com o solicitado ou incompleto.	
7.	Efetuar mais de duas correções no mesmo material, ocasionando retrabalho,	
8.	Descumprir prazo seja o estabelecido especificamente neste termo de referência ou aquele definido em comum acordo entre a Contratante e a Contratada, para apresentação dos produtos decorrentes dos serviços eventuais e de consultorias, bem como da apresentação respectiva RRT e/o ART se for o caso.	
TOTAL		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO
(CONFORME PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS EM ANEXO)

ITEM	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
Engenheiro Eletricista ou Arquiteto	2	R\$ 24.775,63	R\$ 49.551,26	R\$ 297.307,56
Engenheiro Civil e/ou Arquiteto	4	R\$ 24.775,63	R\$ 99.102,52	R\$ 594.615,12
Engenheiro Mecânico	1	R\$ 24.775,63	R\$ 24.775,63	R\$ 148.653,78
DESLOCAMENTOS	150	R\$ 651,75		R\$ 97.762,50
HORAS EXTRAS				R\$ 142.628,86
VALOR TOTAL DO CONTRATO			R\$ 173.429,41	R\$ 1.280.967,82